

LEI N. 1.162, DE 27 DE OUTUBRO DE 1995

“Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 1996-1999, e dá outras providências.”

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAÇO SABER que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 1996-1999, e de conformidade com o disposto no art. 151 da Constituição do Estado do Acre, estabelece para o período, os macro-objetivos e macro-estratégias da administração pública estadual para as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada.

Parágrafo único. Os macro-objetivos, as macro-estratégias, e as despesas, a que se refere este artigo, constam dos Anexos I e II desta Lei.

Art. 2º As Leis de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 1996 estabelecerão metas e prioridades da administração pública estadual, compatibilizadas, com as estabelecidas nos Anexos desta Lei.

Art. 3º Os valores das despesas e dos respectivos recursos necessários, constantes do Anexo II desta Lei, são orçados segundo preços vigentes em maio de 1995.

Parágrafo único. Os valores, a que se refere este artigo serão atualizados nos exercícios de 1996 a 1999, de acordo com critérios que venham a ser estabelecidos nas respectivas Leis Orçamentárias Anuais.

Art. 4º Anualmente, observando o art. 159, § 1º da Constituição Estadual, o Plano Plurianual, com suas modificações, deverá ser encaminhado ao Poder Legislativo, para estudos, até o dia trinta de agosto, tendo em vista ajustá-lo às circunstâncias emergentes no contexto social, econômico e financeiro, bem como ao processo gradual de reestruturação do gasto público estadual.

Art. 5º Durante a vigência do Plano Plurianual para o quadriênio 1996-1999, as Leis de Diretrizes Orçamentárias e as Leis Orçamentárias anuais, assim como os planos e programas setoriais que vierem a ser executados pela administração pública estadual, deverão guardar coerência com os macro-objetivos e macro-estratégias, constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio Branco, 27 de outubro de 1995, 107º da República, 93º do Tratado de Petrópolis e 34º do Estado do Acre.

LABIB MURAD

Governador do Estado do Acre, em exercício

ANEXO I UM NOVO CAMINHO

I - UM NOVO CAMINHO

1.1 - SITUAÇÃO DESEJADA (MACRO-OBJETIVOS)

O Plano Plurianual de Investimentos 1996-1999 apresenta em sua versão estadual quatro macro-objetivos da ação governamental, em consonância com o modelo de desenvolvimento econômico sustentável desejado. Os macro-objetivos são os seguintes:

a) Econômico

A liderança da retomada do desenvolvimento econômico será exercida fundamentalmente pelo setor privado, através da expansão da capacidade produtiva e do aumento da produtividade. Assim, o Governo através de suas ações básicas promoverá a criação de um ambiente econômico estável para estimular a competição e a reestruturação produtiva.

A promoção do crescimento do Estado será alcançada também aproveitando as potencialidades dos recursos locais, procurando viabilizar em cada região, um conjunto de atividades econômicas que se transformem no condutor do seu desenvolvimento. Essas atividades, certamente estão ligadas, em sua maior parte, ao setor primário e também ao setor secundário, para a transformação de nossos recursos naturais renováveis.

O quadro atual do Estado deverá ser revestido através das seguintes ações estratégicas:

- . integrar os sistema de transporte estadual, principalmente o rodoviário e o fluvial, dotando-os de infra-estrutura básica, visando melhorar o nível dos serviços. Neste sentido, a pavimentação das rodovias BR-317 (Rio Branco/Assis Brasil) e BR-364 (Rio Branco/Cruzeiro do Sul) representará o elo de integração do Estado e um marco no intercâmbio sócio-econômico-cultural entre o Acre e o Peru, favorecendo a abertura de um corredor de exportação para o Peru e Bolívia, e finalmente os portos do Pacífico;

- . estabelecer ações prioritárias para modernizar e reequipar as unidades geradoras de eletricidade dos municípios do interior, buscando maior eficiência e economicidade. Além disso, o Governo realizará o Plano Estadual de Eletrificação Rural, visando a garantia da energia elétrica nas regiões efetivamente produtivas;

- . utilizar fontes alternativas de energia, como a utilização da energia solar e gás natural, visando promover a melhoria das condições de vida da população rural;

- . Implantar instrumentos efetivos de política agrícola, visando o incremento da produção de alimentos e outros produtos que contribuam para redução da dependência externa;

- . Incentivar a implantação e desenvolvimento de culturas perenes, regionais e comerciais que propiciem, além da recuperação dos custos, ganhos efetivos no abastecimento do mercado local e até regional;

- . reformular o programa governamental de abastecimentos com vistas a proporcionar, prioritariamente, o suprimento de produtos e serviços básicos de consumo às populações carentes em áreas desassistidas ou não adequadamente atendidas pela iniciativa privada;

- . promover um amplo programa de associativismo, motivando os pequenos produtores a se organizarem sob formas associativas condizentes com sua cultura e valores;
- . desenvolver um programa eficaz de assistência técnica para difusão das novas tecnologias a serem geradas pelos órgãos estaduais;
- . direcionar o processo de desenvolvimento da pecuária no Estado, visando tornar a atividade mais eficaz e produtiva com menores impactos ambientais;
- . apoiar e promover a melhoria do processo de produção extrativista, através de incentivos e implementação de novas tecnologias;
- . definir uma política empresarial com objetivos permanentes a serem perseguidos pelos órgãos públicos e privados responsáveis pelo desenvolvimento estadual, embasado em diretrizes sustentadas para o aproveitamento de matérias-primas regionais, incluindo o processo de verticalização nos empreendimentos existentes, com destaque o madeireiro;
- . consolidar o Distrito Industrial de Rio Branco, garantindo ao setor primário maior grau de dinamismo em função do crescimento da demanda do mercado local, absorvendo a produção agrícola e extrativista;
- . adotar uma política de incentivo ao desenvolvimento e à implantação de novos empreendimentos. A atividade agroindustrial deve ser implementada; e
- . criar programas de valorização e dinamização do turismo, expresso no patrimônio paisagístico e cultural do Estado.

b) Social

O desenvolvimento social tem por objetivo central a elevação dos padrões de consumo e bem estar, a melhoria da qualidade de vida dos acreanos e a redução das desigualdades sociais. Torna-se imprescindível aumentar o nível sócio-econômico e cultural da população dos extratos inferiores, para garantir uma melhor inserção no processo de ocupação, assim como, aumentar de maneira geral, o nível de qualificação dos recursos humanos locais.

O Estado do Acre apresenta-se como detentor de uma frágil economia e de um complexo rol de demandas sociais. Este Governo atuará com determinação e com concentração de esforços, em frentes fundamentais para a transformação dessa realidade:

- . otimização e funcionalidade de toda infra-estrutura social existente, contemplando todo o conjunto dos recursos materiais e humanos, no sentido de que venha a cumprir com eficácia, o relevante papel social de competência;
- . implantar e dinamizar em todo o Estado do Acre, um amplo Programa de Geração de Emprego e Renda, tendo como público alvo o micro, pequeno e médio empreendimento rural e urbano, tendo por objetivo superior a melhoria do nível de vida, através da atividade produtiva com retorno econômico. Este programa se caracterizará pela prática metodológica de três importantes componentes sociais: descentralização,

estabelecimento de parcerias com as administrações municipais e envolvimento e participação efetiva da sociedade civil organizada no processo operativo do programa;

- . garantir a universalização da assistência, proporcionando o acesso igualitário de toda a população aos bens e serviços de saúde;
- . ampliar a rede de abastecimento de água e esgoto ao nível da demanda da população; e
- . reduzir a taxa de analfabetismo, buscando sua erradicação através de programas e campanhas com o envolvimento de toda a sociedade.

c) Espacial e Ambiental

A consolidação do processo de ocupação territorial tem a preocupação em delinear os requisitos para o direcionamento localizado das ações de desenvolvimento, identificando problemas e criando áreas-programa e pólos-urbanos como alternativas econômicas visando o desenvolvimento sustentado. O instrumento básico será o Zoneamento Ecológico-Econômico, que orientará os processos de ocupação de novas áreas, assim como ações de reordenamento econômico e social em espaço já ocupados.

Visa também estimular a participação dos municípios no planejamento das ações de ocupação do território, implantando uma política voltada para a fixação do homem na zona rural, para proporcionar a interiorização do desenvolvimento e a integração sócio-econômica do espaço rural-urbano, promovendo a composição de uma rede urbana integrada ao conjunto da economia estadual.

A inserção do meio ambiente na política de desenvolvimento estadual ocorrerá de forma coerente. Os recursos naturais deverão ser racionalmente explorados e tecnicamente manejados, objetivando minimizar as alterações negativas do meio ambiente e assegurar o desejado desenvolvimento sustentável do Estado.

Neste contexto cabe o desenvolvimento das seguintes ações:

- . realizar o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado, em uma escala de trabalho que permita o planejamento a nível regional e municipal;
- . adotar uma estratégia de ocupação produtiva, buscando a fronteira de recursos materiais com a fronteira do conhecimento, gerando desse encontro, um novo padrão de transformação produtiva de seus recursos materiais, em sua quase totalidade inexplorados;
- . aprofundar o conhecimento do patrimônio natural existente, bem como, da biotecnologia, colocando-a a serviço da produção e do desenvolvimento sem comprometer o meio ambiente e o sistema ecológico;
- . buscar o desenvolvimento de tecnologias para o aproveitamento das potencialidades agrofloretais e minerais, bem como, a instituição de mecanismos para a apropriação produtiva dessas tecnologias, buscando a geração de emprego e renda;
- . implantar agrovilas ao longo das rodovias BR-364 e BR-317, nas áreas potenciais para produção agroflorestral definidas pelo Zoneamento Ecológico-Econômico; e
- . identificar e implementar alternativas de recuperação das áreas degradadas (capoeiras e pastagens) visando diminuir a taxa de desmatamento anual.

d) Institucional

Objetivará o fortalecimento da democracia e buscará resgatar o verdadeiro papel do governo ser agente efetivo de desenvolvimento econômico-social e na consolidação de sistemas de organizações, instituições e entidades públicas e privadas no Estado, de forma articulada, com funções e papéis complementares e convergentes. Visará ainda a reformulação e modernização de um sistema de organizações, entidades e instituições públicas, baseando-se em cinco princípios básicos, como: coordenação, eficiência, descentralização, democratização e participação.

Diante do exposto, cabe ao desenvolvimento das seguintes linhas de ação:

- . proceder uma revisão sistemática das missões, objetivos e metas organizacionais, modernizando os instrumentos administrativos através de estruturas organizacionais simplificadas e racionais, fundamentais ao desempenho eficaz da ação governamental, fornecendo as bases para o atendimento das reais prioridades da população;

- . administrar os recursos humanos buscando a valorização do servidor público, com vistas a elevar o nível de qualificação e produtividade; e ainda, investir na criação de quadros profissionais permanentes, garantindo maior estabilidade organizacional e continuidade das ações;

- . implementar programas de atualização permanente, que conduzirão à melhoria gerencial e técnica, propiciando auto-sustento às ações propostas, bem como políticas de modernização; e

- . desenvolver ações visando a readequação de todo o sistema fazendário estadual; informatizando, treinando e desenvolvendo seus recursos humanos; com o objetivo de conter a evasão fiscal que compromete de forma contundente a receita tributária estadual.

1.2 SITUAÇÃO ATUAL - RESTRIÇÕES E POTENCIALIDADES

O modelo primário-exportador, representado pelo extrativismo da borracha, castanha e madeira, continua como uma das principais atividades econômicas, bem como fonte de renda fundamental do Estado. Todavia, em algumas regiões, o setor agropecuário, implantado a partir de 1970, ocupa área bastante expressiva.

A economia do Estado sustenta-se basicamente no extrativismo vegetal (borracha e castanha), que mesmo de forma incipiente, contribui com, aproximadamente, oitenta por cento na formação da receita própria estadual. Receita esta, que adicionada às transferências da União - FPE, não permite que o Estado possa promover investimentos mínimos nas áreas básicas de saúde, educação, transportes, dentre outras.

A economia na maioria dos municípios acreanos revela-se extremamente frágil, com baixa capacidade produtiva, valendo-se quase que unicamente de transferências de recursos federais, sendo o governo estadual o principal gerador de emprego, com cerca de trinta e cinco mil servidores.

O território acreano resguarda ainda cerca de noventa e quatro por cento de suas características originais, onde apenas seis por cento do território está efetivamente submetido a ação antrópica, o que

possibilita um planejamento estratégico muito eficiente no que diz respeito a utilização sustentável dos recursos naturais.

Atualmente, poucos estudos básicos detalhados foram realizados no Estado, fazendo com que não se tenha o conhecimento total das potencialidades e vulnerabilidades dos nossos ecossistemas, subutilizados do ponto de vista agrícola, onde de acordo com estudos preliminares tem-se condições atípicas do resto da Amazônia, como por exemplo, um percentual significativo de solos férteis na região central do Estado.

O modelo de ocupação do Estado a ser adotado pelo governo é o agroflorestal sustentado, que pressupõe um planejamento sistemático do uso dos recursos naturais e uma política de base florestal, onde a exploração racional do potencial constituir-se-á na base para a retomada do crescimento econômico.

As deficiências verificadas no sistema de transportes do Estado representam um forte obstáculo e ponto crucial de estrangulamento para o desenvolvimento dos setores produtivos da economia acreana, que se encontra polarizada no município de Rio Branco, a capital do Estado.

A busca de uma concepção de desenvolvimento sustentado para o Estado do Acre justifica-se em função das transformações ambientais que vem ocorrendo como resultado de um modelo em que os processos produtivos levaram à substituição dos sistemas naturais por formas artificiais que resultaram na degradação ambiental de determinadas áreas.

a) Diagnóstico Sócio-Econômico

O Estado do Acre apresenta uma população aproximada de quatrocentos e dezessete mil habitantes (censo de 1991), sendo 61,8% residente na zona urbana e com uma taxa de crescimento populacional superior a três por cento ao ano, e apresenta inúmeros desafios econômicos-sociais.

O Estado se vê envolvido com três grupos de problemas principais, intimamente vinculados e que resultam de sua evolução histórico-econômica. Assim, o Acre, desde sua consolidação como Território brasileiro no início deste século, já apresentava problemas que podem ser resumidos na estrutura produtiva (calcada no extrativismo e na dependência de Manaus com relação ao abastecimento), na apropriação das terras (grandes áreas, sob relação feudal de trabalho) e no meio ambiente (incidência e disseminação de doenças contagiosas, como a hepatite, a malária e a hanseníase).

Desses três grupos de problemas, que ainda persistem e que determinam a necessidade de um amplo programa do Estado do Acre, como base para a obtenção de taxas adequadas de crescimento econômico e distribuição de benefícios, surgem questões pontuais a serem resolvidas sob a égide do Desenvolvimento Sustentável e que são indicadas a seguir:

1 - Agricultura e Pecuária

O desenvolvimento sócio-econômico do Estado do Acre passa, necessariamente, pelo desenvolvimento do setor primário de sua economia.

A falta de tradição em agricultura comercial tem dificultado o desenvolvimento do setor agrícola estadual, permitindo a continuidade de uma agricultura de subsistência de baixa produtividade, incapaz de prover a auto-suficiência dos produtores rurais e o abastecimento do mercado interno de alimentos.

O abastecimento do mercado consumidor é comprometido ainda, pela péssima qualidade das estradas vicinais, principalmente na época das chuvas, fato que dificulta o escoamento da produção do campo para os centros de comercialização e consumo.

A pecuária é sem dúvida uma das atividades do setor primário que mais vem se destacando nos últimos anos, no entanto, é preocupante as áreas com pastos degradados que precisam de um manejo adequado para sua recuperação. Além disso, a defasagem no sistema de abastecimento interno no que se refere à matéria-prima (carne e leite) é bastante significativa.

As áreas com pastagens representam cerca de cinquenta por cento da área de ação antrópica, o que indica que o processo de pecuarização avança em ritmo acelerado, floresta adentro sem nenhum respaldo técnico-científico, causando impactos ao meio ambiente.

As políticas de apoio à produção como crédito, assistência técnica e extensão rural, armazenamento e comercialização são bastante deficientes, comprometendo, dessa forma, qualquer tentativa de incremento e diversificação das atividades agropecuárias.

Com a desestruturação da produção e com o sistema de colonização atribuído a organismo externo ao Governo do Estado (INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), a assistência técnica à produção fica prejudicada no que diz respeito ao efetivo suporte ao crescimento da produção e é levada a um progressivo esvaziamento técnico, pela incapacidade de adaptação a processos não tradicionais de cultivo.

Também contribuem para a baixa efetividade da assistência técnica as inadequadas condições de infra-estrutura e a inexistência de sistema de comercialização que valorize a produção interna, pela falta de incentivo à verticalização e pela reduzida e mal distribuída capacidade de armazenamento.

A falta de uma definição quanto à ocupação econômica, no que se refere às atividades agrícolas do Estado, tem gerado entraves, principalmente no tocante a investimentos privados.

A produção de alimentos está localizada em áreas de colonização antigas e/ou colônias agrícolas e nos projetos de colonização oficiais, estes últimos instalados a partir da década de 70, através de ações do INCRA.

2 - Armazenagem, Comercialização e Assistência Técnica

O Estado encontra-se com sua capacidade de armazenamento estática e insuficiente em alguns municípios e em projetos de colonização. Cerca de sessenta por cento das unidades de armazenamento já ultrapassaram o limite de vida útil e apenas vinte por cento apresentaram condições operacionais consideradas boas.

O abastecimento dos mercados é feito basicamente por pequenos produtores que se utilizam de diversos canais de comercialização onde existe a presença de vários atravessadores, fato este que interfere na cadeia de comercialização. A maior parte da produção é comercializada *in natura*, o que leva o produto a alcançar um preço baixo, pois sua produção se concentra na safra.

O Estado tem contado com aporte de assistência técnica e consultoria de forma assistemática e exclusivamente voltada a projetos de cooperação técnica. As decisões sobre temas e consultores têm sido formadas, na maioria das vezes, por instituições externas, com pouca ou nenhuma influência dos órgãos técnicos do Estado. O serviço de assistência técnica é bastante deficiente, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Acre - EMATER/AC, não possui técnicos em número compatível para atender a demanda e sua distribuição no território estadual não se efetiva de forma eficiente.

3 - Indústria, Agroindústria, Comércio e Turismo

O Estado tem buscado efetivar a implantação de áreas de livre comércio com vistas à articulação com os mercados da Bolívia e do Peru, de forma a estruturar-se para absorção dos benefícios de uma futura saída para o Oceano Pacífico.

A inexistência de um setor industrial forte torna o Acre dependente da produção industrial do sul do País e da Zona Franca de Manaus, implicando na necessidade da busca de alternativas ou oportunidades industriais internas que propiciem a agregação de valor à produção extrativa e à agropecuária, com reforço da estrutura do Distrito Industrial de Rio Branco.

A indústria acreana ainda não dispõe de um conjunto de empreendimentos que a caracterize como um dos setores significativos da economia local. Apesar da sua importância no desenvolvimento do conjunto da economia: para criação de emprego, tanto no meio rural como no urbano, como também introdução de novos métodos organizacionais e técnicos, menor desperdício de matéria-prima e outros insumos. O Acre prescinde de condições técnicas e institucionais necessárias à indução de investimentos nessa área.

Essas deficiências técnicas (falta de infra-estrutura - transportes, energia) e institucionais (inexistência de uma estrutura de crédito, assistência técnica, educação), que caracterizam a economia acreana, explicam, em parte, o atraso do nível de investimentos, de uma forma geral, no setor de agroindústria, em particular.

Outro fator explicativo, da reduzida importância do setor agroindustrial na economia acreana, é o histórico predomínio do extrativismo. A falta de tradição na industrialização e beneficiamento de produtos oriundos da agropecuária também contribui para uma participação incipiente do setor.

Todavia, este setor sinaliza como uma das principais alternativas da sociedade acreana. Caracterizada por um padrão de vida dos mais baixos, a população do Acre não vislumbra de imediato, melhoria efetiva com formas tradicionais de desenvolvimento. Com isso, a industrialização de matérias-primas

provenientes do meio rural constitui o horizonte mais plausível de inversão do quadro de pobreza e miséria, integrando ao mercado boa parte do contingente populacional residente nas periferias das cidades do Estado.

No que respeita ao Turismo, cabe assinalar a falta de estrutura para a ampliação do mercado receptivo, a partir da identificação de projetos de valorização de paisagens e de adequação da infra-estrutura em áreas ainda pouco afetadas pela ação antrópica, como as áreas dos Rios Chandless e Môa.

4. Transportes e Energia

As precárias condições em que se encontram as rodovias federais, sem pavimentação e com manutenção onerosa e restrita, vêm sacrificando as populações e comprometendo o desenvolvimento econômico e social do Estado. Estas rodovias interligam, nos curtos períodos de estiagens, a capital e a parte leste do Estado; o restante, parte central e oeste, encontram-se completamente isolado por via rodoviária. O alto índice pluviométrico e as características do solo acreano contribuem para agravar ainda mais a situação.

As deficiências ora verificadas no Sistema Estadual de Transportes representam obstáculos e pontos de estrangulamento, tanto para o meio rural do Estado como para os demais setores de sua economia.

Na época chuvosa, as rodovias federais que ligam os municípios acreanos ficam com o tráfego estrangulado, causando prejuízos para a economia. O território acreano se distribui por vinte e dois municípios e, somente três destes tem ligação rodoviária permanente (rodovias pavimentadas), fazendo com que os outros dezenove municípios fiquem completamente isolados entre si e da sede administrativa do Estado.

A malha rodoviária do Estado do Acre possui uma extensão aproximada de 5.000 Km computando rodovias estaduais, vicinais e federais delegadas ao DERACRE. Frente a estes dados e considerando-se a atual estrutura do DERACRE, com sede em Rio Branco e apenas uma residência em Cruzeiro do Sul, pode-se avaliar as dificuldades na implementação de uma política de restauração/manutenção e prevenção/conservação rotineira.

O Estado necessita de uma ação enérgica na definição de uma política de transportes, articulada nos níveis federal, estadual e municipal para resolver o problema do isolamento, que impede a integração, o crescimento e a modernização da economia estadual.

Aliados à crescente urbanização nas principais sedes municipais, onde a infra-estrutura urbana não possui condição de receber satisfatoriamente o fluxo migratório rural, nem tão pouco de absorver normalmente o seu próprio crescimento endógeno, o sistema de transportes mostra-se como potencial agente direcionador do processo de ocupação do território.

A rede rodoviária federal constitui-se das rodovias BR-364 e BR-317. A BR-364, além de ser mais extensa, forma o único elo de ligação do Estado com outras regiões do país. Esta rodovia é pavimentada até Rio Branco, e no trecho que liga Rio Branco a Cruzeiro do Sul encontra-se implantada (leito natural) há aproximadamente vinte anos, dando tráfego, em alguns trechos, nos meses de seca da região (aproximadamente quatro meses por ano). A rodovia BR-317 é transversal à BR-364, fazendo ligação do Estado

do Acre com o Estado do Amazonas e a República do Peru e Bolívia. Esta rodovia, parcialmente pavimentada, interliga os municípios de Boca do Acre - AM, Rio Branco, Senador Guiomard, Capixaba, Xapuri, Brasília, Epitaciolândia e Assis Brasil (fronteira com o Peru).

As regiões centrais e oeste do Acre não possuem infra-estrutura de transporte necessária ao seu desenvolvimento. Notadamente, a cidade de Cruzeiro do Sul, na região oeste do Estado, encontra-se desligada de Rio Branco. Este fato, aliado ao restrito desenvolvimento existente nas áreas centrais do Estado, fraciona a identidade cultural e a unidade econômica do Acre, produzindo profundas disparidades no seu desenvolvimento.

O setor energético estadual, constituído por sistemas isolados de geração a óleo diesel, é de responsabilidade de duas empresas: a ELETRONORTE - Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A, responsável pela geração de energia elétrica em Rio Branco, e a ELETROACRE - Companhia de Eletricidade do Acre, responsável pela geração de energia elétrica no interior, bem como pela distribuição e comercialização em todo o Estado.

O parque gerador da capital é constituído por máquinas importadas, com uma capacidade nominal instalada de 57.620 KW e uma capacidade efetiva disponível de 33.700 KW equivalente a 58,5% da potência instalada.

No interior, o parque gerador é formado por 47 grupos de geradores, possuindo uma capacidade de 19.259 KW, com efetiva de 16.050 KW e a disponível 16.030 KW, correspondente a 83,59% da potência instalada.

No que se refere à rede de distribuição, há uma despadronização em algumas localidades, apresentando circuitos muito extensos, aliado ao sistema de rede não concluída. É importante a implantação e padronização do sistema de energia elétrica em todo o Estado.

Uma alternativa que desponta para a substituição de derivados de petróleo, lenha ou carvão na indústria é o gás natural. O mesmo vem sendo, cada vez mais, usado em todo mundo, com alta competitividade e grande sucesso.

Considerando o grande potencial de reservas de gás natural na região Amazônica envolvendo os países do cone noroeste, particularmente Venezuela, Peru e Bolívia, o gás da bacia urucu, no Estado do Amazonas, se reveste de grande importância para os Estados do Acre, Rondônia e Amazonas, uma vez que, as potencialidades das jazidas descobertas permitem antever cenários propícios à utilização desse energético, inicialmente para produção de energia elétrica que iria solucionar, a curto prazo, com investimentos reduzidos e prazos de retornos menores se comparados com outras alternativas de geração de energia elétrica. Posteriormente, a médio e longo prazo, criada a expectativa de oferta, alimentando a expectativa de demanda em outros setores, ocorreria naturalmente, diversificação do uso do gás natural nos Estados do Acre, Amazonas e Rondônia.

5. Saúde, Saneamento e Educação

É na qualidade de fronteira agrícola que o Estado do Acre vem recebendo migrantes do Centro-Sul do País, para ocupação de suas terras, os quais são assentados em projetos de colonização ou através de outras formas improvisadas de ocupação territorial que, ao lado do desmatamento em larga escala e do manejo inadequado das condições agro-ecológicas, alteram a adaptação do homem ao meio ambiente, permitindo a incidência de doenças como a malária, leishmaniose, hepatite, tuberculose, dentre outras.

Com uma população que sobrevive nos municípios do Estado, muito dos quais, sem água tratada, saneamento básico, e propensa às endemias e epidemias que assolam a região, a situação torna-se mais grave pelas precárias condições de vida, a desnutrição, a falta de higiene e habitações inadequadas.

A incidência de doenças transmissíveis e notificação compulsória apresenta pequenas flutuações, sendo difícil determinar se tal fato decorre da subnotificação, já que o sistema de informações epidemiológicas não alcançou ainda estágio satisfatório de eficácia.

É importante observar que uma grande parcela da população infantil não se alimenta corretamente devido à pobreza absoluta em que vive, disso decorrendo o registro freqüente de doenças infantis causadas pela inibição de alimentos e o conseqüente agravamento da desnutrição. A taxa de mortalidade infantil atinge o elevado índice de 34,2%.

A organização e oferta de serviços de saúde no Estado carecem da estruturação das unidades prestadoras de serviços de apoio ao diagnóstico, da necessidade de recursos humanos coerente com a organização e da priorização de uma rede regionalizada e hierarquizada.

Apesar dos esforços dispendidos pelos gestores do Sistema Estadual de Saúde, os serviços ainda evidenciam a ociosidade na capacidade instalada com baixa produtividade, a falta de controle social sobre a oferta de serviços e a desarticulação entre os serviços de saúde.

O abastecimento de água é considerado insatisfatório em todos os centros urbanos, tanto no que diz respeito à qualidade como à quantidade. Nos últimos dez anos, esses centros urbanos, principalmente Rio Branco, vêm sofrendo um processo migratório campo-cidade bastante considerável, o que implica num aumento progressivo da demanda.

O saneamento básico atende apenas 8,9% da população urbana do Estado. Nas áreas rurais, o abastecimento de água é precário em todos os seus setores, tanto no que diz respeito à produção, como também à conservação e distribuição.

Com relação ao sistema de esgotos, a situação é mais grave, vez que apenas a capital é beneficiada, com um número aproximado de 6 mil ligações e, mesmo assim, com o lançamento dos dejetos nos cursos d'água que cortam a cidade, por falta de uma estação de tratamento. Com isso, o Rio Acre e os igarapés que cortam a cidade estão sendo poluídos, causando sérios danos para o meio ambiente e, principalmente, para a saúde da população que fica exposta às doenças decorrentes da falta de saneamento básico.

O Sistema Educacional do Acre realiza suas atividades de atendimento escolar pelo setor público, contando com a colaboração do setor privado, cuja participação é de 6,44%.

Na busca da universalização do Ensino Fundamental, o setor educacional alcançou nos últimos dez anos, níveis bastante significativos (81,56%) mantendo-se porém em patamares preocupantes os índices de repetência e evasão escolar, que totalizam 47,1%.

Um fator preponderante da baixa produtividade do Ensino Fundamental é a carência de atendimento das crianças na faixa etária de quatro a seis anos, com educação pré-escolar, onde se preparam e solidificam-se as bases para alfabetização, e, nesse nível de ensino, o atendimento é de apenas 28,1%.

Estes aspectos, aliados a falta de escolas para todos, têm contribuído para o elevado índice de analfabetismo que, no Estado, é de 42,36%.

Na verdade, a Educação Fundamental enfrenta, como fatores limitantes ao seu desenvolvimento, a insuficiência de salas de aulas, a deficiência dos recursos humanos, materiais e técnicos, a inadequação dos currículos escolares às peculiaridades regionais e locais e a ineficiência do planejamento da ação educativa, principalmente no que tange aos métodos e técnicas de ensino e aos processos de avaliação do rendimento escolar.

Implantado regularmente nas zonas urbanas de oito municípios e pelo sistema modular nos demais, com atendimento de apenas 9,54% da população de quinze a dezenove anos, nas áreas de magistério, formação integral, contabilidade, administração e técnico agrícola, a situação do ensino médio é semelhante à do Ensino Fundamental.

Os serviços escolares como merenda, distribuições de material didático, entre outros, existem em função da melhoria da qualidade do ensino, mas dificilmente chegam a todas as unidades escolares, sobretudo pelas distâncias e dificuldades de acesso.

A carência de bibliotecas caracterizou um ensino de baixa qualidade e os programas de saúde escolar e nutrição não são eficientes, considerando-se a falta de integração dos órgãos locais e de um programa de desenvolvimento.

6. Desenvolvimento Tecnológico

O Estado conta com uma estrutura de pesquisa e desenvolvimento tecnológico baseado na Fundação de Tecnologia do Estado do Acre - FUNTAC, voltada para a otimização de madeiras na construção civil, para análise do potencial farmacológico das essências florestais e para o estudo das condições de uso dos ambientes naturais do Estado.

Os trabalhos da FUNTAC têm sido desenvolvidos com apoio da cooperação técnico-financeira de agências internacionais, implicando em dependência operacional no que respeita negociação dos interesses nacionais e externos quando à programação e ao direcionamento dos estudos e pesquisas.

A capacidade operacional é ainda bastante reduzida, com insuficiência de laboratório, falta de treinamento quanto a aspectos gerenciais, fuga de técnicos qualificados em função da remuneração

insatisfatória e da baixa disponibilidade de recursos para instalação de áreas-piloto para o desenvolvimento de projetos.

7. Meio Ambiente

As questões ambientais são ressaltadas em função de aspecto como a biodiversidade a proteção às comunidades indígenas, a valorização do modo de produção extrativista e os riscos ambientais determinados pela exigência de ampliação das infra-estruturas de transportes e energia, necessárias à expansão da produção e à valorização dos produtores e que, não agregadas tempestivamente, têm determinado a aceleração das taxas de urbanização e a elevação dos custos de atendimento de carências setoriais, mormente nos casos da saúde, da educação e do saneamento.

O Estado tem buscado o suporte em Legislação Ambiental rígida, para a qual falta suporte operacional no que respeita à fiscalização e a análise de impactos de projetos voltados para mobilização produtiva de novas áreas, com base na remoção da cobertura vegetal.

Com apoio em projetos de cooperação técnica internacional, o Governo do Acre tem buscado a geração e implantação de Sistemas Agroflorestais de Produção voltados para permitir a evolução entre o processo meramente extrativista e a produção sob modo capitalista.

Contudo, em vista de terem sido previstos sobre o enfoque do ambientalismo estrito, os projetos ambientais têm sua evolução prejudicada pela desarticulação institucional e pela concorrência com organizações não governamentais na disputa por recursos das agências de cooperação externa.

As trinta e nove áreas protegidas e delimitadas, constituídas por sete Unidades de Conservação, sete Projetos de Assentamento Extrativista e vinte e cinco áreas indígenas, perfazem um total de 4.254.730 ha que corresponde a 27,67% da área total do Estado. Sob a ótica da distribuição espacial, estas trinta e nove áreas encontram-se concentradas no sul do Estado, nas fronteiras com o Peru e a Bolívia.

1.3 Pressupostos Básicos para o Desenvolvimento

a) Financiamento do Desenvolvimento

Para financiar o desenvolvimento estadual, o Governo dispõe basicamente dos recursos que compõem o orçamento, ou seja, receitas próprias e transferências constitucionais, o que, diga-se de passagem, são insuficientes para a realização dos projetos considerados como prioritários para a alavancagem do desenvolvimento.

Neste sentido, além de tornar-se necessária a utilização racional dos recursos disponíveis no orçamento estadual, deve-se buscar outras fontes de financiamento, tanto a nível interno como externo.

Neste caso, atualmente a Amazônia dispõe de alguns instrumentos básicos, cujos recursos podem ser direcionados, em parte, para financiar o desenvolvimento acreano:

- . Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, administrado pela SUDAM e BASA ;
- . Recursos do PIN/PROTERRA, administrado pela SUDAM;
- . Fundo de Investimento da Amazônia - FINAM, administrado pela SUDAM; e
- . Programa de Estudos e Pesquisas nos Vales Amazônicos - PROVAM, administrado pela SUDAM.

Ao nível internacional, o governo estadual poderá negociar recursos das diversas agências de desenvolvimento que atuam na região, tais como: BIRD, BID, GTZ, KFW, USAID, CIDA, JICA, ITTO, OEA e PNUD. Neste particular, destacam-se: BID, BIRD e GTZ, que já financiam alguns projetos de desenvolvimento estadual.

No âmbito do Estado, deve-se consolidar a política de incentivos fiscais e financeiros no sentido de viabilizar a implantação de novos empreendimentos. Neste caso, destaca-se como principal instrumento o Fundo do Desenvolvimento do Estado - FDE, administrado pela SEPLAN e operacionalizado pelo agente financeiro estadual - BANACRE, e o FIAC, o Fundo de Industrialização do Estado do Acre, voltado para fomentar a atividade industrial acreana.

b) Reforma do Estado

A Administração Estadual, nas últimas décadas, cresceu desordenadamente, tanto em termos de órgãos e entidades como no que se refere ao número de servidores, provocando completa hipertrofia do setor público.

As finalidades sociais do Estado não são alcançadas, situando-se o desempenho do aparelho governamental abaixo dos padrões mínimos de qualidade e eficiência. Fica patente a obsolescência dos esquemas estruturais e funcionais vigentes.

No que concerne à estrutura organizacional do Poder Executivo, são constatadas duas tendências:

- . o crescimento de órgãos pelas atividades meramente processuais, em detrimento de órgãos e entidades incumbidas da realização das atividades fins do Estado; e
- . o crescimento da administração indireta e o conseqüente esvaziamento da administração direta, agravado por um empreguismo desenfreado.

Assim, a Estrutura Organizacional do Estado tornou-se pesada, ineficiente e inoperante, principalmente a administração indireta em virtude de vários fatores dentre os quais a falta de políticas setoriais a níveis Nacional e Estadual, além de forte pressão política partidária no sentido de aumentar o efetivo de

pessoal nos quadros das empresas públicas que dessa forma tiveram sua capacidade de investimento reduzida a zero, enquanto o custeio aumentou substancialmente.

Diante da problemática da máquina administrativa do Estado, destaca-se como elemento básico para viabilização das ações de Governo a realização de uma ampla reforma administrativa que redefina estruturas e esquemas operacionais de modo a apoiar com eficiência as metas do processo de mudança pretendido.

Pretende-se, assim, redefinir os órgãos, eliminando-se aqueles desnecessários e agrupando outros dispersos, segundo critérios de adequada departamentalização.

As Secretarias de Estado sofrerão redefinições dos seus campos de atuação com redirecionamento na estrutura estadual, buscando-se dar maior ênfase aos objetivos e finalidades do que aos processos ou meios de realização. Na administração indireta, procurar-se-á igualmente, fazer a fusão, incorporação, extinção e/ou revitalização das entidades que a compõem.

2. Estratégias para o Desenvolvimento

2.1. - Macro-Estratégias

A ação de governo voltada para o desenvolvimento que visa integrar física, econômica e socialmente o Estado, deverá ocorrer de maneira que ordenará o processo de ocupação, garantindo a integração das regiões do Estado, insistindo no desenho da infra-estrutura básica e não apenas instrumentalizar os corredores de exportação, a fim de que desigualdades internas não sejam acentuadas.

O cenário em que o atual Governo do Estado vislumbra inserir-se no plano nacional, é o da reestruturação social produtiva, no qual resgatam-se para o processo produtivo as regiões e camadas populacionais marginalizadas, através de uma estratégia que, responde às exigências mundiais, dentro de um novo equilíbrio econômico-social.

O desenvolvimento dos sistemas produtivos deverá ser alcançado através da implantação de uma estrutura de acesso e difusão do acervo de tecnologias que combinem a produtividade desejada, com as peculiaridades do Estado do Acre e a conservação do meio ambiente.

Deverá ser estabelecida uma política embasada em princípios ecológicos, capaz de harmonizar os objetivos sócio-econômicos com os aspectos ambientais, considerando-os conjuntamente em uma estreita inter-relação de modo a resguardar os recursos naturais, não para deixá-los improdutivos, intocáveis, mas com vistas a mobilizar o grande potencial econômico que eles representam, através do uso racional e sustentado de seu potencial.

Nesse contexto, o Governo do Estado define as seguintes macro-estratégias, destinadas a reversão da atual situação do Estado:

a) Econômica

- . elevar a oferta e a disponibilidade de infra-estruturas em transporte, energia e comunicação, como forma de eliminar as deficiências e estrangulamentos à realização dos investimentos e ao desenvolvimento das atividades econômicas no Estado do Acre;
- . articular ações integradas com os Governos do Amazonas, Rondônia e Mato Grosso, no sentido de estabelecer a saída para o Pacífico como estratégia de desenvolvimento regional;
- . readequar, modernizar e ampliar o sistema energético ao nível da demanda estadual;
- . promover articulações institucionais, visando a efetiva implantação do novo aeroporto de Rio Branco e a melhoria dos aeroportos dos municípios do interior;
- . promover o aproveitamento racional das espécies animal e vegetal do Estado, pela incorporação de métodos e técnicas modernas adaptadas ao meio ambiente;
- . recuperar áreas degradadas, com sua incorporação ao processo produtivo, através de manejo sustentado, reflorestamento e/ou cultivo de espécies perenes ou semi-perenes;
- . redefinir o papel da assistência técnica e da extensão rural, com base em tecnologias ajustadas às peculiaridades locais, apoiando diretamente os pequenos e médios produtores, e difundindo tecnologias dos grandes produtores;
- . promover o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado, com definições das áreas potenciais de ocupação;
- . reestruturar e ampliar a base produtiva industrial, através do desenvolvimento de novos ramos e adequação às especificidades locais;
- . promover a modernização tecnológica e a capacitação empresarial e organizacional na indústria estadual;
- . articular todas as entidades ligadas ao setor produtivo, para uma efetiva assistência técnica e gerencial às micro e pequenas empresas;
- . dinamizar o setor turismo com ênfase para o desenvolvimento do turismo ecológico; e
- . incrementar a relação de trocas com Estados e países vizinhos, proporcionando a abertura de novos mercados para os produtos locais.

b) Social

- . criar mecanismos que viabilizem a ampliação do mercado de trabalho;

- . proporcionar o acesso, permanência e progressão na escolaridade, principalmente na faixa de escolarização obrigatória e com prioridade aos segmentos sociais mais carentes;
- . expandir e melhorar a infra-estrutura física e sócio-educativa dos sistemas escolares, aproveitando espaços e equipamentos comunitários;
- . promover o fortalecimento do programa de merenda escolar, de livros didáticos e de material escolar, a todos os estudantes de 1º grau da rede pública;
- . reestruturar a TV Educativa, objetivando promover espaços de comunicação com a população;
- . fortalecer as atividades da Rádio Difusora Acreana, como legítimo instrumento de comunicação, principalmente com a população rural;
- . interiorizar as ações de saúde mediante, o processo de municipalização do sistema básico;
- . expandir as ações de saneamento básico, garantindo a melhoria das condições de vida da população; e
- . adotar nova política penitenciária, visando a efetiva ressocialização dos internos, reestruturando as atividades da colônia penal.

c) Espacial e Ambiental

- . realização do Zoneamento Ecológico-Econômico, promovendo uma política de ocupação territorial embasada no uso potencial de cada região;
- . desenvolver programas de educação ambiental e de conscientização para o aproveitamento racional dos recursos naturais e proteção do meio ambiente;
- . definir linhas prioritárias de pesquisa considerando os problemas ambientais, o processo de desenvolvimento econômico, social e cultural e a necessidade de identificar e implementar sistemas sustentáveis de utilização dos recursos naturais.

d) Institucional

- . reestruturar e modernizar a estrutura administrativa do Estado, adequando de modo a garantir a prestação dos serviços essenciais ao processo de desenvolvimento;
- . institucionalizar o processo de planejamento e desenvolvimento de recursos humanos ao nível da administração estadual, em especial ao desenvolvimento de atividades fazendárias; e
- . instituir métodos de racionalização do uso dos recursos, segundo os princípios da austeridade, moralidade e do máximo benefício social.

2.2 - Polos Estaduais de Desenvolvimento

Coerente com a estratégia de desenvolvimento preconizada para o Estado, foram definidos três pólos de desenvolvimento, convergentes com a Política Espacial delineada pelo Plano de Desenvolvimento da Amazônia - PDA - 1994/95 e com o corredor Noroeste de Desenvolvimento Integrado, do PPA da Amazônia - 1996/99, cujo eixo principal de irradiação das ações está constituído pela BR-364, no sentido Rio Branco - Cruzeiro do Sul, com a bifurcação em direção a Assis Brasil, através da BR-317.

A concepção dos pólos de desenvolvimento fundamenta-se na escolha de um “centro dinâmico” capaz de promover efeitos multiplicadores em uma determinada área de influência, irradiando efeitos positivos, em cadeia, na economia da região.

Neste sentido, considerando as características específicas de cada pólo, bem como, sua capacidade indutora de crescimento, foram escolhidos como “centros dinâmicos” os municípios de Rio Branco (Pólo I), Cruzeiro do Sul (Pólo II) e Brasiléia (Pólo III).

O Pólo I de Desenvolvimento é constituído pelos municípios de Rio Branco, Senador Guiomard, Plácido de Castro, Acrelândia, Vila Califórnia, Vila Extrema, Sena Madureira e Bujari.

O Pólo II de Desenvolvimento engloba os municípios de Cruzeiro do Sul, Tarauacá, Mâncio Lima e Rodrigues Alves.

O Pólo III de Desenvolvimento abrange os municípios de Xapuri, Capixaba, Epitaciolândia, Brasiléia e Assis Brasil.

2.3 - Ações Básicas

Para consecução dos objetivos, o Governo do Estado estará firmemente empenhado em promover a estruturação de uma base econômica forte, capaz de dar sustentação às atividades econômicas mais urbanas.

Nesse sentido, as ações estarão voltadas prioritariamente para:

a) Infraestrutura Econômica

- . recuperação e pavimentação da BR-317 (Rio Branco/Assis Brasil) e BR-364 (Rio Branco/Cruzeiro do Sul);
- . ampliação e melhoramento dos aeroportos de Rio Branco e interiores;
- . melhoria do sistema portuário; e
- . implantação de micro-sistemas energéticos.

b) Infraestrutura Básica e Social

- . ampliação e melhoria da rede de abastecimento de água e esgoto do Estado;
- . ampliação e modernização da rede hospitalar;

. implantação de equipamentos urbanos para população de baixa renda; e

. ampliação da rede regular de ensino.

c) Pesquisa Científica e Tecnológica

. pré-investimentos para pesquisa direcionada aos segmentos florestal-madeireiro e agropecuário.

Outras ações catalizadoras de desenvolvimento estão voltadas para o desenvolvimento do turismo ecológico, geração de emprego e renda, implantação de pólos de produção agro-silvo-pastorial-industrial.

Destaca-se ainda, como uma das principais metas do plano a realização do Zoneamento Econômico-Ecológico e do plano de ocupação de modo a disciplinar a implantação das atividades produtivas no Estado, para a concretização de um modelo de desenvolvimento sustentável.

ANEXO II
MATRIZES DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS
MATRIZ CONSOLIDADA DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS
PPA-1996/99
QUADRO SÍNTESE

Em R\$ 1.000,00

Projeto	Valor do Investimento	Governo Federal	1996			1997/1999			
			Governo Estadual	Outras Fontes	Total	Governo Federal	Governo Estadual	Outras Fontes	TOTAL
1. Desenvolvimento dos setores produtivos	234.689	31.201	560	1.525	3.286	95.727	9.614	26.062	201.403
2. Infra-estrutura econômica	578.334	131.410	17.100	-	148.510	97.621	132.204	-	429.824
3. Ciência, tecnologia e meio ambiente	36.154	7.544	435	1.238	9.217	16.399	7.694	2.844	26.937
4. Modernização institucional	10.801	-	800	-	800	-	10.001	-	10.001
5. Geração de emprego e renda	20.390	-	-	-	-	12.873	7.517	-	20.390
6. Ações básicas de governo	331.863	13.987	27.932	45.114	87.033	85.451	98.215	61.165	244.830
TOTAL	1.212.231	184.142	46.827	47.877	278.846	508.071	335.245	90.071	933.385

**MATRIZ CONSOLIDADA DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS
PPA-1996/99**

DESENVOLVIMENTO DOS SETORES PRODUTIVOS

Em R\$ 1.000,00

Projeto	Valor do Investimento	1996				1997/1999			
		Governo Federal	Governo Estadual	Outras Fontes	Total	Governo Federal	Governo Estadual	Outras Fontes	Total
1. Desenvolvimento Pólos de Produção Agro-silvo-pastoril-industrial.	75.032	8.163	500	1.043	9.706	25.832	36.126	3.368	65.326
2. Infra-estrutura econômica	82.033	22.969	50	-	23.019	34.454	24.560	-	59.014
3. Ciência, tecnologia e meio ambiente	3.790	-	-	300	300	-	2.292	1.198	3.490
4. Modernização institucional	5.852	-	-	-	-	5.267	585	-	5.852
5. Geração de emprego e renda	40.355	-	-	-	-	10.284	10.023	20.048	40.355
6. Ações básicas de governo	26.270	-	-	-	-	19.890	5.000	1.380	26.270
TOTAL	233.332	31.132	550	1.343	33.025	95.727	78.586	25.994	200.307

MATRIZ CONSOLIDADA DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS
PPA – 1996/99
DESENVOLVIMENTO DOS SETORES PRODUTIVOS

Em R\$ 1.000,00

Projeto	Valor do Investimento	1996				1997/1999			
		Governo Federal	Governo Estadual	Outras Fontes	Total	Governo Federal	Governo Estadual	Outras Fontes	Total
7. Implantação e recuperação de Distritos e Industriais	1.357	69	10	182	261	-	1.028	68	1.096
TOTAL	234.689	31.201	560	1.525	33.286	95.727	79.614	26.062	201.403

MATRIZ CONSOLIDADA DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS
PPA – 1996/99
INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA

Em R\$ 1.000,00

Projeto	Valor do Investimento	1996				1997/1999			
		Governo Federal	Governo Estadual	Outras Fontes	Total	Governo Federal	Governo Estadual	Outras Fontes	Total

Projeto	Valor do Investimento	1996				1997/1999			
1. Construção e ampliação de Terminais Rodoviários	12.000	-	-	-	-	9.000	3.000	-	12.000
2. Construção e recuperação de Aeroportos	12.278	3.600	90	-	3.690	5.400	3.188	-	8.588
3. Construção e recuperação de Portos e Embarcações	100.00	40.500	10	-	40.510	49.500	9.990	-	59.490
4. Expansão e melhoria do sistema de geração e distribuição de energia elétrica	36.156	-	1.000	-	1.000	-	35.156	-	35.156
5. Recuperação e pavimentação da Rodovia BR-317 (Rio Branco/Assis Brasil)	65.000	15.310	10.000	-	25.310	35.721	3.970	-	39.690
6. Recuperação e pavimentação da Rodovia BR-364 (Rio Branco/Cruzeiro do Sul)	300.000	72.000	5.000	-	77.000	198.000	25.000	-	223.000
7. Recuperação de estradas vicinais	12.300	-	600	-	600	-	11.700	-	11.700
8. Construção e recuperação de rodovias estaduais (AC 40, AC 401, AC 10 e AC 400)	36.400	-	200	-	200	-	36.200	-	36.200
9. Implantação de Programas de reestruturação urbana e macro-drenagem dos municípios	4.200	-	200	-	200	-	4.000	-	4.000
SUB-TOTAL	578.334	131.410	17.100	0	148.510	297.621	132.204	0	429.824

MATRIZ CONSOLIDADA DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS
PPA – 1996/99
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Em R\$ 1.000,00

Projeto	Valor do Investimento	1996				1997/1999			
		Governo Federal	Governo Estadual	Outras Fontes	Total	Governo Federal	Governo Estadual	Outras Fontes	Total

Projeto	Valor do Investimento	1996				1997/1999			
		1. Desenvolvimento de Parques Tecnológicos	6.000	1.800	100	-	1.900	3.600	500
2. Pré-investimento para pesquisa	13.200	3.420	100	-	3.520	8.460	1.220	-	9.680
3. Projeto de manejo florestal madeireiro e não-madeireiro	4.405	-	85	725	810	-	2.289	1.306	3.595
4. Zoneamento ecológico-econômico em áreas prioritárias	12.549	2.324	150	513	2.987	4.339	3.685	1.538	9.562
TOTAL	36.154	7.544	435	1.238	9.217	16.399	7.6694	2.844	26.937

MATRIZ CONSOLIDADA DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS
PPA – 1996/99
MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Em R\$ 1.000,00

Projeto	Valor do Investimento	1996				1997/1999			
		Governo Federal	Governo Estadual	Outras Fontes	Total	Governo Federal	Governo Estadual	Outras Fontes	Total

Projeto	Valor do Investimento	1996				1997/1999			
1. Construção e aquisição de equipamentos para Fundação Escola ao Servidor Público - FESPAC	809	-	30	-	30	-	779	-	779
2. Construção, recuperação e reequipamento de agências e postos fiscais	892	-	70	-	70	-	222	-	222
3. Construção, ampliação recuperação e reequipamento de próprios estaduais	9.00	-	700	-	700	-	9.000	-	9.000
TOTAL	10.801	0	800	0	800	0	10.001	0	10.001

**MATRIZ CONSOLIDADA DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS
PPA – 1996/99**

GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

Em R\$ 1.000,00

Projeto	Valor do Investimento	1996				1997/1999			
		Governo Federal	Governo Estadual	Outras Fontes	Total	Governo Federal	Governo Estadual	Outras Fontes	Total
1. Projeto integrado para implantação de Pólos de Desenvol- vimento	9.340	-	-	-	-	5.138	4.202	-	9.340
2. Inserção de mão-de- obra no mercado de trabalho e redistribuição de renda	11.050	-	-	-	-	7.735	3.315	-	11.050
TOTAL	20.390	0	0	0	0	12.873	7.517	0	20.390

**MATRIZ CONSOLIDADA DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS
PPA – 1996/99
AÇÕES BÁSICAS DE GOVERNO**

Em R\$ 1.000,00

Projeto	Valor do	1996	1997/1999
---------	----------	------	-----------

	Investimento	Governo Federal	Governo Estadual	Outras Fontes	Total	Governo Federal	Governo Estadual	Outras Fontes	Total
1. Ampliação e reforma do Centro de Hemoterapia - HEMOACRE	485	-	-	-	-	-	485	-	485
2. Reequipamento da Rede Hospitalar	2.505	700	155	-	855	150	1.500	-	1.650
3. Construção e aquisição de equipamentos para Rede de Saúde nos novos Municípios	2.431	-	200	-	200	2.028	203	-	2.231
4. Construção de abrigos para atendimento aos pacientes, do Programa de Saúde Mental	1.152	-	500	-	500	-	652	-	652
5. Ampliação da estrutura física da CEME.	482	438	44	-	482	-	-	-	-
6. Construção do Centro de Atendimento Materno Infantil.	990	298	692	-	950	-	-	-	-
SUB-TOTAL	8.045	1.436	1.591	0	3.027	2.178	2.840	0	5.018

**MATRIZ CONSOLIDADA DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS
PPA – 1996/99**

AÇÕES BÁSICAS DE GOVERNO

Em R\$ 1.000,00

Projeto	Valor do	1996	1997/1999
---------	----------	------	-----------

	Investimento	Governo Federal	Governo Estadual	Outras Fontes	Total	Governo Federal	Governo Estadual	Outras Fontes	Total
7. Construção de Sistema Simplificado de Tratamento de Dejetos Hospitalares	75	68	7	-	75	-	-	-	-
8. Reforma e reequipamento das dependências da Vigilância Sanitária.	189	-	-	-	-	-	189	-	189
9. Reforma e ampliação das Unidades de Saúde do Estado.	2.352	1.418	142	-	1.560	720	72	-	792
10. Ampliação e reequipamento da FUNDHACRE.	1.072	40	260	-	300	80	250	442	772
11. Expansão e Melhoria da Rede Física Escolar	78.956	-	23.866	-	23.866	16.164	38.926	-	55.090
12. Programa de Implantação e aparelhamento de Centros Permanentes de formação profissional dos municípios de Rio Branco e Cruzeiro do Sul.	2.200	616	264	-	880	924	396	-	1.320
13. Ampliação, Reforma e reequipamento do sistema de segurança pública do Estado.	11.131	4.374	500	-	4.874	3.100	3.157	-	6.257
TOTAL	95.975	6.516	25.039	0	31.555	20.988	42.990	442	64.420

MATRIZ CONSOLIDADA DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS
PPA – 1996/99
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Em R\$ 1.000,00

Projeto	Valor do Investimento	1996				1997/1999			
		Governo Federal	Governo Estadual	Outras Fontes	Total	Governo Federal	Governo Estadual	Outras Fontes	Total

Projeto	Valor do	1996				1997/1999			
14. Construção e aquisição de equipamentos da Academia de Polícia do Acre.	5.880	-	-	-	-	3.500	2.380	-	5.880
15. Construção, reforma e reequipamento do Corpo de Bombeiros	5.880	-	200	-	200	-	4.950	-	4.950
16. Ampliação e reequipamento da Polícia Militar do Acre.	10.092	-	300	-	300	741	9.052	-	9.792
17. Ampliação e melhoria do sistema de abastecimento de água e esgoto do Estado.	122.146	4.000	102	31.164	35.266	26.064	20.293	40.523	86.880
18. Construção de infraestrutura de lazer no Seringal Amapá.	2.000	300	100	-	400	1000	600	-	1.600
TOTAL	145.268	4.300	702	31.164	36.166	31.305	37.275	40.523	109.102

MATRIZ CONSOLIDADA DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS
PPA – 1996/99
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Em R\$ 1.000,00

Projeto	Valor do Investimento	1996				1997/1999			
		Governo Federal	Governo Estadual	Outras Fontes	Total	Governo Federal	Governo Estadual	Outras Fontes	Total

Projeto	Valor do Investimento	1996				1997/1999			
19. Construção de Unidades Habitacionais.	68.160	900	226	13.050	14.176	30.000	6.284	17.700	53.984
20. Implantação de Lotes urbanizados.	8.149	-	49	900	949	700	4.000	2.500	7.200
21. Implantação de infra-estrutura social nos Conjuntos Habitacionais.	2.880	400	225	-	625	200	2.055	-	2.255
22. Reestruturação e modernização do sistema de comunicação social do Estado.	2.650	-	-	-	-	-	2.650	-	2.650
23. Construção, ampliação reforma e aquisição de equipamentos para o Projeto de reintegração do menor carente.	616	407	88	-	495	24	97	-	121
	120	28	12	-	40	56	24	-	80
TOTAL	331.863	13.987	27.932	45.114	877.033	85.451	98.215	61.165	244.830